Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e de que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

24 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *José Miguel Moreira*. — O Oficial de Justiça, *Amália Sousa*.

2611033594

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAREDES

Anúncio n.º 4951/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) Processo n.º 745/07.4TBPRD

Insolvente — Francisco Queiros & Fos, L.^{da}
Credor — Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e outro(s).

Nos autos de insolvência acima identificados em que são insolvente Francisco Queiros & Fos, L.^{da}, número de identificação fiscal 503896896, com endereço na Rua Nova do Monte Alto, 40, 4585-466 Rebordosa, Paredes, e administradora a Dr.^a Daniela Fernandes, com endereço na Praça do Bom Sucesso, 65, 5.º, sala 507, Trade Center, 4150-241 Porto, ficam notificados de que no processo supra-identificado, aos 2 de Julho de 2007, pelas 10 horas, foi ordenado o encerramento da insolvência.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa falida.

Efeitos do encerramento — artigo 233.º, n.ºs 1 e 2, do CIRE.

3 de Julho de 2007. — A Juíza de Direito, *Carla Alexandra Ferraz Laranjeira*. — O Oficial de Justiça, *Agueda Moreira Cerqueira Sá*.

2611033678

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PONTE DE LIMA

Anúncio n.º 4952/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 493/07.5TBPTL

Credor — BRABETÃO, L.^{da}
Devedor — Construções Penha & Barros, L.^{da}

No 1.º Juízo do Tribunal da Comarca de Ponte de Lima, no dia 30 de Maio de 2007, às 12 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Construções Penha & Barros, L.^{da}, número de identificação fiscal 505547694, Urbanização do Sobral, 1.ª fase, lote 2, fracção A H e E, 4990 Ponte de Lima.

Para administrador da insolvência é nomeada Maria Clarisse Barros, Rua do Cónego Rafael Alvares da Costa, 60, 4715-288 Braga.

É fixada residência aos administradores da sociedade requerida na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e de que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

31 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *João Miguel Vieira de Sousa*. — O Oficial de Justiça, *Lúcia Nunes*.

2611033441

TRIBUNAL DA COMARCA DE PORTEL

Anúncio n.º 4953/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação) — Processo n.º 22/06.8TBPRL

Insolvente — SULCEDE — Emp. Trabalho Temporário, L.^{da}
Credor — Fazenda Nacional — Serviço de Finanças de Portel e outro(s).

Nos autos de insolvência n.º 22/06.8TBPRL em que são insolvente SULCEDE — Emp. Trabalho Temporário, L.^{da}, número de identificação fiscal 504617320, Rua da Vidigueira, 5, rés-do-chão, 7220-390 Portel, e administrador da insolvência Joaquim Manuel Gouveia Carvalho de Castro Peres, Herdade da Amieira, 7100 Estremoz, ficam notificados de que no processo supra-identificado, por decisão da assembleia de credores, foi aprovado plano de insolvência.

Ao administrador da insolvência foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

28 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Laura Maria Dias Godinho Raçoes*. — O Oficial de Justiça, *Joaquim Rico*.

2611033446

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DO PORTO

Anúncio n.º 4954/2007

Na 2.ª Secção do 3.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca do Porto, no dia 15 de Junho de 2007, às 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores Manuel Miguel Delgado dos Anjos Galego, casado, número de identificação fiscal 124344020, com residência na Rua de São João de Brito, 512, 7.º, direito, 4100-453 Porto, e Maria do Carmo Vaz Folhadela Marques Delgado, casada, número de identificação fiscal 124343970, com residência na Rua de São João de Brito, 512, 7.º, direito, 4100-453 Porto.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. Armando Braga, com endereço na Rua de Santa Catarina, 391, 4.º, esquerdo, 4000-451 Porto.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e de que esta se conta da publicação do último anúncio.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado [artigos 39.º, 36.º, n.º 1, alínea i), e 191.º do CIRE]. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

16 de Junho de 2007. — A Juíza de Direito, *Ana Rosa Martins da Silva*. — O Oficial de Justiça, *Nuno Antunes*.

2611033674